

Oficina “*A gestão de Recursos Hídricos em corpos de água intermitentes*”

Resumo Grupo Sala S1

Relatora: Flavia Pitanga Calil Salim – Representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo na CTPOAR.

1 – O que caracteriza os corpos de água intermitentes? (definições dos participantes)

- A interrupção natural do fluxo;
- O regime hidrológico interrompido pelas diversas razões;
- Rios em que naturalmente não há fluxo superficial durante algum período do ano;
- A falta de água no leito do rio decorrente de razões naturais e de frequência recorrente;
- Lençol freático abaixo do talvegue em parte do ano (naturalmente);
- Dreno topograficamente com escoamento superficial naturalmente interrompido, mas mantém o escoamento subterrâneo;
- É o rio em que em parte do ano há uma certeza (promessa) de que vai ter água e no restante do ano não haverá;

Foi observado também pelo grupo a existência de rios perenes em que há interrupção do fluxo por excesso de uso ou por outras intervenções humanas (obras hidráulicas). No entanto, estes não foram considerados intermitentes, uma vez que com uma gestão adequada pode-se evitar este tipo de problema.

Definição (síntese): “A interrupção natural do fluxo, ou seja, em parte do ano o lençol freático fica abaixo do talvegue”

2 – Quais as precondições necessárias à gestão de recursos hídricos em corpos de água intermitentes? (definições dos participantes)

- Articulação com a gestão ambiental;
- Disciplinar as atividades econômicas a partir de um diagnóstico de demandas e disponibilidades e uso do solo;
- Diagnóstico, cadastro e planejamento;

- Evitar efluentes;
- Conhecer as características dos corpos de água para estabelecer metas e poder traçar um caminho de atuação;
- Analisar as dificuldades e desenvolver metodologia;
- Definir as prioridades do uso desses corpos de água;
- Definir diretrizes, metodologia e critérios específicos;
- Fazer o monitoramento, principalmente quantitativo (pluvio e fluviométrico);
- Cadastro de usuários, monitoramento, campanha de regularização (outorga) e fiscalização;
- Existência de um sistema de monitoramento para definição das disponibilidades e do cadastro para conhecimento dos usos;
- Capacidade suporte dos reservatórios que regularizam os rios intermitentes e identificação da demanda;

Definição (síntese): “Informações relacionadas à disponibilidade e demanda, ou seja, MONITORAMENTO HIDROLÓGICO (incluindo a capacidade dos reservatórios) e CADASTRO DE USUÁRIOS; e definição de prioridades (PLANOS DE BACIA). Foi observada ainda, a necessidade de articulação com outros setores, em especial os setores de saneamento e meio ambiente”

3 – O que existe hoje no seu estado ou instituição que viabiliza a gestão de recursos hídricos em corpos de água intermitentes? (definições dos participantes)

- Acordos de tempos de captação dos usuários (irrigantes e abastecimento público);
- Deliberações dos CBHs (restrições técnico-administrativas);
- Experiências anteriores e alocação negociada com definição de prioridades;
- DNOCS e COGERH (juntamente) através da alocação negociada e monitoramento hidrológico;
- Comissões gestoras de açudes;
- Barragem subterrânea;

- Barramentos ao longo do rio;
- Gestão integrada: águas superficiais x águas subterrâneas;
- Construção de açudes para reservação e regularização dos rios;
- No Ceará através da SRH (Órgão Gestor da Política de Recursos Hídricos) e da COGERH (Secretaria Executiva dos comitês) são feitas alocações negociadas de água, cadastro de usuários, atualização e acompanhamento dos planos de bacia, campanhas de regularização de usuários, monitoramento e fiscalização;

Definição (síntese): “Obras de infra-estrutura hídrica para reservação e regularização dos corpos de água, barragens subterrâneas ~~para acumulação de água de chuva (subsuperficial)~~, alocação negociada com definição de prioridades e monitoramento hidrológico (incluindo a capacidade dos reservatórios)”

4 – O que pode ser feito pelos Estados e CNRH em termos de marco regulatório (adequações ou novas deliberações) como respaldo à gestão de corpos de água intermitentes? (definições dos participantes)

- Resolução do CNRH determinando que o lançamento de efluentes em corpos de água intermitente deva ser a última opção;
- Desenvolver política pública que incentive o reuso de efluentes;
- Considerar a possibilidade de lançamento de efluentes, quando alternativas não forem viáveis;
- Critérios específicos e metodologias para outorgas e enquadramentos em rios intermitentes;
- Aplicação de metodologia para outorgas em rios intermitentes;
- Maior convergência de “agendas” e “planos” das áreas de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente;
- Busca de tecnologias de tratamentos de efluentes adequadas ao semi-árido (promover pesquisas e estudos);
- Novas deliberações com critérios específicos;
- Definir o nível de tratamento permitido para lançamento;
- Não autorizar (outorgar) lançamento de efluentes;

Definição (síntese): “Proposta de integração entre Políticas de Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente. Deliberações com critérios específicos para outorga e enquadramento. Incentivar (sugerir) pesquisas relacionadas ao tratamento e reúso de efluentes adequadas à situação do semi-árido”